

introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação: Deliberado aprovar por maioria.

Pelos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD foi apresentada a seguinte declaração de voto:

Os Vereadores da Câmara Municipal de Alijó, eleitos pelo Partido Social Democrata, votam contra a proposta das grandes opções do plano e orçamento para o Município de Alijó, para o ano de 2008, apresentada pelo Presidente da Câmara, pelos seguintes motivos essenciais:

- 1. Como nota prévia, constata-se que não acompanha os documentos previsionais, qualquer relatório de análise, o qual apenas nesta data, em plena reunião de Câmara, nos foi disponibilizado e que, enquanto relatório de análise, pouco ou nada acrescenta à compreensão dos documentos;**
- 2. De todo o modo, compreende-se esta ausência de nota explicativa prévia, pois torna-se evidente o desconforto do Sr. Presidente da Câmara em explicar um Orçamento e Grandes Opções do Plano que nada acrescentam ao futuro do concelho;**
- 3. À semelhança do sucedido em anos anteriores, este orçamento apresenta, mais uma vez, números fictícios do lado da receita, em particular as receitas de capital, que aparecem, em 47,8%, como decorrendo da venda de bens de investimento, expediente frequentemente usado por este executivo socialista e que altera a verdade dos números;**

4. Nesta sequência e ao nível da despesa, as despesas correntes são, consequentemente, subavaliadas em relação às despesas de capital;
5. Despesas correntes que aumentam em 422.654,00€, comparativamente com o orçamento de 2007;
6. Pelo contrário, as despesas de capital, decisivas para o desenvolvimento do concelho, diminuem face ao orçamento de 2007, em quase dois milhões de euros;
7. De todo o modo, em face dos anteriores exercícios económicos deste Executivo, de pouco vale o que se orçamenta, pois a execução orçamental tem sido extremamente baixa (basta atentar nas contas de gerência de 2006, em que a execução das receitas de capital se ficou pelos 16,1 %, tendo as despesas de capital apresentado uma taxa de execução de apenas 17,6 %, o que constitui um mínimo histórico!);
8. Mais uma vez, assistimos nestes documentos previsionais, à repetição de projectos que, não obstante o carácter plurianual do PPI, não têm tido sucessivamente efectivação, por manifesta incapacidade de execução deste Executivo;
9. É o caso, entre outros, do Aeródromo da Chã, que continua parado, sem qualquer evolução no terreno, apesar de ter sido uma das principais “bandeiras” eleitorais do actual Presidente da Câmara;
10. Caberá perguntar, a este propósito, onde está a pista de 3 Km prometida pelo Presidente da Câmara e onde estão os aviões, através dos quais até se poderia

passar a exportar o vinho do Porto, como foi anunciado pelo actual Presidente da Câmara em período eleitoral?

- 11. Merece ainda uma referência, a importante questão das transferências de capital para as Juntas de Freguesia.**
- 12. Perante o mapa proposto de transferências de capital para as Juntas de Freguesia, não se vislumbram os critérios que presidem aos mesmos, pois estes não se encontram minimamente explicados;**
- 13. Aliás, refira-se que o processo de transferências de capital para as Juntas de Freguesia, neste mandato, tem-se revelado desastroso, sendo que neste ano de 2007, o Presidente da Câmara não cumpriu com o compromisso que havia assumido perante os Srs. Presidentes de Junta;**
- 14. Com efeito, no início do presente ano, foi assumido pelo Presidente da Câmara o compromisso de, adoptando-se um sistema de duodécimos, as transferências para as Juntas serem feitas mensalmente, sem falhas, nem atrasos;**
- 15. Todavia, não foi isso que aconteceu, tendo-se registado sucessivos atrasos, e tendo-se verificado mesmo a acumulação de vários meses em dívida, em relação a certas Juntas de Freguesia;**
- 16. Não nos é possível conhecer, neste momento, o ponto de situação no que concerne ao pagamento dos duodécimos, em todo o concelho, na medida em que, tendo essa informação sido por nós solicitada, em reunião de Câmara de 14/11/2007, não nos foi ainda facultada;**

17. Refira-se a propósito, que em reunião de Câmara de 01/03/2007, foi por nós requerida cópia dos protocolos de delegação de competências, celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, para vigorar no ano de 2007, e que ainda não nos foi entregue, apesar de terem já decorrido nove meses!
18. Deve ainda salientar-se que do exercício de 2006, subsistem elevados montantes em dívida às Juntas de Freguesia, não resultando claro dos documentos previsionais apresentados, se esses montantes se encontram incluídos nas transferências orçamentadas para o ano de 2008;
19. Nestes documentos previsionais não se aponta também qualquer ideia quanto à estratégia deste Município face ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o que é preocupante;
20. Esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2008, revela falta de interesse, de ideias, de energia e de dinamismo, assumindo aquilo que se vai tornando visível aos olhos de todos: este actual poder camarário está esgotado;
21. Por todas as razões apontadas, somos contra esta proposta de documentos previsionais para 2008;

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte declaração de voto:

1 - Ao contrário do que afirmam os Srs. Vereadores do PSD, o facto de existir uma continuidade entre os projectos inscritos em 2007 e em anos anteriores e o orçamento de 2008, é a maior prova da coerência, da estratégia e da eficácia deste executivo, que

se reflectiu numa aprovação superior a 100%, dos fundos comunitários colocados ao nosso dispor, no âmbito do III QCA.

2 – O aumento nas despesas correntes, foi compensado com o correspondente aumento da receita corrente e teve como finalidade corresponder às novas responsabilidades atribuídas pelo Governo às Autarquias Locais, nas áreas da Educação, Acção Social e Ambiente.

3 – O facto das despesas de capital diminuírem comparativamente com o orçamento de 2007, representa a nossa preocupação em honrar os compromissos assumidos e contribuir para o equilíbrio financeiro da autarquia. Lembramos, contudo, que após o pedido de contracção do empréstimo (que teve o voto contra dos Srs. Vereadores do PSD) será feita uma revisão orçamental, que permitirá aumentar a nossa capacidade de investimento, sem por em causa o cumprimento da nova Lei das Finanças Locais.

4 – É um acto demagógico do ponto de vista político e incorrecto do ponto de vista técnico, comparar orçamentos com contas de gerência, pois são documentos assentes em princípios, regras e procedimentos completamente distintos.

5 – No que concerne ao Aeródromo da Chã, foi aprovado o respectivo Plano Director Municipal e aceite a conseqüente candidatura ao próximo QREN (2007-2013), no âmbito de um conjunto de projectos apresentados pela Câmara Municipal de Alijó, para um estudo estratégico elaborado pela NUT III Douro, a apresentar ao próximo quadro comunitário.

6 – Relativamente às transferências de capital para as Juntas de Freguesia impõe-se repor a verdade em dois domínios: por um lado, como é do conhecimento de todos os

Srs. Presidentes de Junta até ao final do presente ano receberão a totalidade dos duodécimos previstos no orçamento de 2007; por outro lado, como foi referido na própria reunião de câmara a todos os Srs. Vereadores (inclusive com o respectivo mapa explicativo) o orçamento de 2008 contempla os duodécimos bem como as dívidas de cada Freguesia, sendo os critérios de atribuição duodecimal exactamente os mesmos do orçamento de 2007.

7 – Os Srs. Vereadores do PSD confundem, por desconhecimento ou propositadamente, o orçamento de 2008 com candidaturas ao próximo QREN, quando, se estivessem atentos, sabiam que todos os Municípios da NUT III Douro mandaram elaborar à UTAD e à Quartenaire um estudo estratégico, que visa precisamente enquadrar as candidaturas municipais numa estratégia supra municipal, a única eficaz face às regras estabelecidas para os fundos comunitários no âmbito do QREN.

8 – Finalmente, e não obstante todas as dificuldades que a conjuntura económica internacional e nacional colocam à nossa acção quotidiana, continuamos firmemente determinados a construir um concelho cada mais competitivo, atractivo e solidário.

1.2– Abertura das propostas e intenção de adjudicação da contracção do empréstimo bancário.

Deliberação: Tudo visto e ponderado foi deliberado propor a intenção de adjudicação à Caixa Geral de Depósitos.

Pelos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD foi dito o seguinte:

Esta presente questão de adjudicação da contracção do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, por pertencer a este Banco a melhor proposta apresentada, é uma questão exclusivamente técnica que não suscita qualquer dúvida.

Assim, a nossa abstenção decorre apenas do nosso voto contra a prévia deliberação de contracção do empréstimo em causa.

Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal para aprovação e autorização nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação tomada seja aprovada em minuta para efeitos imediatos dentro da faculdade prevista no n.º 3 do artigo 92.º do diploma legal supra referido.

APROVAÇÃO DA ACTA

A Câmara deliberou em reunião do dia 2008-01-09, aprovar a presente acta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei Nº. 5-A / 2002 de 11, de Janeiro, a qual vai ser assinada pelo Sr.

Presidente da Câmara e por mim, Técnico Superior de 2.^a Classe, que a elaborei e fiz dactilografar, seguidamente foi encerrada a reunião eram 17.30 horas.

O Presidente da Câmara

O Técnico Superior de 2.^a Classe